



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

### Identificação

Área de Avaliação: **ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO**

Coordenador de Área: **JOÃO LUIZ BECKER**

Coordenador-Adjunto de Área: **REINALDO GUERREIRO**

Modalidade: **Acadêmica**

### I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

Administração, Ciências Contábeis e Turismo representam campos de conhecimento e profissões que se consolidam e se fortalecem como ciência, tecnologia e inovação, beneficiando-se de conhecimentos gerados em distintas áreas como filosofia, antropologia, sociologia, ciência política, direito, história, geografia, psicologia, educação, economia, engenharia, matemática, e ciência da computação, dentre outras. O campo de atuação e de aplicação dos pesquisadores e profissionais da área se estende a virtualmente todas as formas de organização coletiva, públicas e privadas, empresariais e não empresariais, incluindo desde gestão de sistemas públicos, como sistemas de saúde, sistemas de ciência e tecnologia, sistemas de transporte, sistemas educacionais, e sistemas de controle público, à gestão empresarial, de produção primária, industrial e de serviços, de relações entre mercados de produção de bens e serviços, ou entre mercados financeiros, assim como à gestão de organizações não governamentais.

Não é de estranhar, portanto, que a Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo seja uma das maiores áreas no sistema de avaliação *CAPES*, apresentando nos últimos anos acentuado crescimento. Dados de outubro de 2009 revelam a existência de 136 cursos autorizados na área, incluindo 30 mestrados profissionais, 77 mestrados acadêmicos, e 29 doutorados, organizados em 105 programas, com mais de 1.200 docentes permanentes. Em 2007 foram utilizados 368 periódicos qualificados no sistema Qualis para escoar a produção intelectual dos pesquisadores da área, muitos dos quais também utilizados por pesquisadores de outras áreas.

Enquanto os primeiros cursos de mestrado em Administração e em Contabilidade foram instalados no país na década de 1970, observa-se que vários cursos iniciaram suas atividades recentemente, há menos de uma década, evidenciando que a área ainda se encontra em processo de consolidação. De fato, em termos relativos, o número de cursos de doutorado é reduzido, assim como o número de cursos de mestrado profissional. E como em toda a pós-graduação brasileira, há uma significativa concentração geográfica dos cursos nas regiões Sul e Sudeste.

A par destas assimetrias, constata-se ainda haver poucos cursos nas áreas de Contabilidade e de Turismo. Em Contabilidade há 17 cursos de mestrado acadêmico, quatro cursos de mestrado profissional, e quatro cursos de doutorado. A situação é mais dramática ainda em Turismo, com apenas cinco cursos de mestrado acadêmico e um de mestrado profissional. Há um único curso de doutorado na área de Turismo. Parece lógico, portanto, que a maior parte das bolsas de doutorado pleno no exterior seja concedida prioritariamente para as sub-áreas de Turismo e de Contabilidade, a sub-área de



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Administração sendo mais aquinhoadas com bolsas de doutorado tipo sanduíche.

Ciente de seu papel para o pleno desenvolvimento do país, a área se articula em busca de atenuantes para o constatado desequilíbrio regional, com a oferta de cursos de mestrado e de doutorado interinstitucionais, liderados por programas mais antigos e consolidados. Também se constata articulações entre programas situados em estados e regiões distintas, visando ao estabelecimento de projetos de pesquisa conjuntos. Estas iniciativas favorecem a nucleação de pesquisadores em universidades distantes do eixo Sudeste-Sul.

A consequência mais direta da escassez de cursos de doutorado na área reflete-se na pequena quantidade de doutores formados, especialmente frente às necessidades de expansão do sistema de pós-graduação, objetivando em última instância, a qualificação do ensino de graduação. Deve ser ressaltado que a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo representa uma das maiores ofertas de cursos de graduação no Brasil, com cerca de 21% do número de alunos matriculados e formados, segundo dados do *INEP/MEC* de 2007. Com relativamente poucos doutores disponíveis em seus departamentos de Administração, de Ciências Contábeis e de Turismo, tem-se observado a iniciativa de algumas Universidades em oferecer programas de forma consorciada, aglutinando pesquisadores de diferentes instituições ou de distintos departamentos, com interessantes recortes temáticos. Assim, vê-se surgir cursos de doutorado em Administração e Contabilidade, e em Administração e Turismo.

Paralelamente a esta expansão quantitativa, a área apresenta claros sinais de melhorias qualitativas. Particularmente no que diz respeito à inserção internacional de seus programas líderes, nos quais se observa um grande número de programas e projetos de pesquisa desenvolvidos com instituições localizadas no estrangeiro, mormente nos Estados Unidos e na Europa. Há vários títulos de doutorado já outorgados na modalidade de dupla titulação, por força de acordos entre universidades brasileiras e européias, com algumas teses, ou trabalhos delas derivados, recebendo premiações internacionais. Também se observa uma boa quantidade de artigos publicados em revistas editadas no exterior, indexadas no *ISI* e no *Scopus/SCImago*, com elevados fatores de impacto. Não apenas o número de artigos internacionais se amplia, mas também o número de pesquisadores autores internacionais se vê aumentado, em um processo que permite olhar o futuro com certo otimismo. Vencidas as primeiras barreiras, os horizontes se estendem.

No que diz respeito ao mestrado profissional, percebe-se ainda algum constrangimento da área em seu oferecimento. Para uma área marcadamente aplicada, com flagrantes interfaces profissionais, o número de cursos de mestrado profissional oferecidos à comunidade é bastante reduzido. Não que não se venha atendendo às expectativas da comunidade de profissionais, pois estas vêm sendo atendidas, pelo menos parcialmente, nos mestrados acadêmicos. Constata-se certa “crise de identidade” nos cursos de mestrado da área, pois há dissertações desenvolvidas nos cursos de mestrado acadêmico que são claramente “profissionais”, havendo também trabalhos finais nos cursos de mestrado profissional que são claramente “acadêmicos”. A mudança de status recentemente solicitada por alguns cursos de mestrado profissional é outra evidência interessante.

De qualquer sorte, isso não representa uma anomalia e sim uma característica da



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

área, não apenas no Brasil, mas internacionalmente, que tem foco na aplicação. Ademais, o status de Mestre Acadêmico sendo igual ao de Mestre Profissional, o nível de exigência em termos de qualidade é o mesmo em ambas as modalidades de mestrado. O oferecimento simultâneo de cursos de mestrado profissional e de mestrado acadêmico por um mesmo programa deve ser capaz de resolver esses dilemas, e alguns programas já se orientam neste sentido.

A aludida crise de identidade também se relaciona com a falta de clareza sobre a avaliação dos cursos de mestrado, com critérios um tanto quanto indistinguíveis entre as duas modalidades. A Portaria Normativa nº 7/2009, publicada recentemente, ao estabelecer que a avaliação e o acompanhamento dos cursos de mestrado profissional devam ser realizados com ficha de avaliação diferenciada e por sub-comissão específica, preferencialmente composta por docentes que atuam em mestrados profissionais, busca esclarecer a questão, permitindo antever uma evolução no assunto.

Por outro lado, o registro de produção intelectual usualmente referida como produção técnica ou tecnológica, embora abundante na área, não tem merecido a devida atenção por parte da comunidade de pesquisadores da área. Em outras palavras: produz-se, mas não se registra. Ora, o registro de tal produção é condição inicial e indispensável para sua devida avaliação, com reflexos na avaliação dos cursos de mestrado profissional. Reconhecendo as dificuldades a serem enfrentadas para a avaliação desta produção, é bem-vinda a iniciativa de elaboração de um sistema Qualis Produção Tecnológica, nos moldes do sistema Qualis Produção Artística, este recentemente desenvolvido e referendado pelo CTC-ES. Provavelmente a avaliação do próximo triênio contará com tal sistema.

### II. Considerações gerais sobre a Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009

A avaliação dos programas e cursos, nas diversas modalidades, é feita com base nos cinco quesitos padronizados para todas as áreas de conhecimento, conforme determinação do CTC-ES. Atribuem-se pesos aos quesitos refletindo o estado atual da avaliação da área, sob uma perspectiva evolutiva ao longo do tempo.

Um curso de mestrado deve contemplar um mínimo de 24 créditos, equivalentes a 360 horas-aula em disciplinas, seminários, ou atividades equivalentes. Um curso de doutorado deve contemplar um mínimo de 36 créditos, equivalentes a 540 horas-aula em disciplinas, seminários, ou atividades equivalentes.

O corpo docente pode ser constituído por docentes permanentes, colaboradores e visitantes, conforme Portaria CAPES nº 68/2004, modificada pela Portaria CAPES nº 3/2010. Devem compor o núcleo docente permanente (NDP) de programas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, no mínimo oito professores, no caso de cursos de mestrado, e no mínimo 12 professores, no caso de cursos de doutorado. Todos os docentes devem possuir título de doutor e atuarem em áreas de especialização consistentes e coerentes com as áreas de concentração e linhas de pesquisa propostas pelo curso. Os títulos de doutorado obtidos no exterior devem ser revalidados no Brasil, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 001/2001.

Os docentes permanentes devem possuir vínculo de emprego (empregado CLT ou servidor público) em regime mínimo de 40 horas semanais de trabalho na IES proponente



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

do curso ou em sua mantenedora. A proporção do *NDP* em relação ao total de docentes permanentes e colaboradores do programa deve ser no mínimo 70%.

Respeitados os limites mínimos acima estabelecidos (quantidade de docentes e regimes de trabalho), e consideradas as especificidades e conveniências do programa, pode fazer parte do respectivo *NDP*, até o limite máximo de 30% do número total de docentes (aí incluindo tanto os docentes permanentes como os colaboradores), profissional com doutorado que se enquadre em alguma das seguintes condições: i) receba bolsa de fixação de docente ou pesquisador de agência federal ou estadual de fomento; ii) tenha sido cedido, por instrumento formal, para atuar como docente do programa e dedique a este pelo menos 20 horas semanais; iii) mantenha vínculo de emprego em regime mínimo de 20 horas semanais na *IES* proponente do curso ou em sua mantenedora e vínculo com outra organização, desde que os dois vínculos não ultrapassem 60 horas semanais; iv) tenha vínculo de trabalho em regime de 40 horas semanais com a *IES* proponente do curso ou sua mantenedora em cargo técnico relacionado à área do curso.

Respeitado o limite máximo de dois programas por docente, um professor participante do *NDP* de um determinado programa de pós-graduação, oferecido por uma determinada *IES*, pode atuar como docente permanente em outro programa oferecido pela mesma *IES*, ou oferecido por consórcio de instituições envolvendo a mesma *IES*, reconhecido oficialmente como tal pela *CAPES*. A proporção máxima admitida de dupla participação de docentes é de 50% do *NDP* de cada programa. Em casos excepcionais, devido a carências regionais ou de sub-áreas de conhecimento, devidamente justificadas, admite-se que mais da metade do *NDP* de um dado programa atue em outro programa na mesma *IES*.

A participação de um professor em curso de mestrado na modalidade profissional oferecida pela mesma *IES* não se configura como dupla participação.

Atribuem-se notas para a avaliação dos programas inicialmente de 1 a 5, com base na síntese avaliativa do programa nos cinco quesitos da ficha de avaliação, conforme adiante se especifica. Programas com nota 5 nesta avaliação inicial são então considerados para atribuição de notas 6 ou 7 (ou permanência com a nota 5), de acordo com o especificado no capítulo V deste documento (Considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 – inserção internacional).

### III. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos, Roteiro para Classificação de Livros e os critérios da Área para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

#### QUALIS PERIÓDICOS

Conforme determinação do *CTC-ES* a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo promoveu durante o ano de 2008 uma reestruturação da escala utilizada no sistema **Qualis Periódicos**, segundo os novos critérios estabelecidos, re-aperfeiçoada em função de determinações da Comissão Especial do *CTC-ES* para analisar a formatação final do *WebQualis* – ano base 2007 – conforme Ofício Circular nº 049/2009 – *PR/CAPES* de 10/2/2009, tendo sido formalmente aprovada pelo *CTC-ES*.



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Os requisitos mínimos para um periódico ser avaliado pelo Qualis da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo são:

1. ter registro no *ISSN*;
2. ter circulado ininterruptamente, com regularidade, nos dois anos imediatamente anteriores ao de avaliação;
3. ter publicado no mínimo 15 artigos inéditos por ano, de caráter acadêmico-científico significativo para a área específica do periódico;
4. apresentar no seu sítio eletrônico a missão do periódico, incluindo seu foco temático e sua preocupação com a qualidade, citando explicitamente a adoção de avaliação por pares na forma de *blind review*;
5. informar, no sítio eletrônico e nas edições impressas, os dados da organização responsável pela publicação;
6. apresentar informações sobre o editor responsável, editores associados ou adjuntos (se houver), e demais integrantes dos comitês editoriais, indicando suas afiliações institucionais;
7. disponibilizar permanentemente no sítio eletrônico as seguintes informações:
  - a. política editorial, incluindo a descrição dos procedimentos de tramitação e arbitragem e a informação dos idiomas de submissão e publicação oficiais do periódico;
  - b. normas de submissão;
8. apresentar no início de cada artigo:
  - c. título, resumo e palavras-chave, no(s) idioma(s) em que for oferecido o texto e em inglês;
  - d. nomes dos autores, com a respectiva afiliação institucional;
  - e. endereço físico ou eletrônico de pelo menos um dos autores.

Além desses requisitos mínimos, a classificação está baseada nos seguintes pontos descritos a seguir e sumarizado na listagem abaixo. A área segue a tendência internacional em gestão acadêmica de considerar que periódicos reconhecidos por mecanismos de indexação ganham prestígio e qualidade. Tais indexações viabilizam, adicionalmente, o estabelecimento de indicadores de impacto, facilitando seu processo de avaliação. A maior parte dos periódicos utilizados pela área, especialmente os editados no Brasil, ainda não são indexados, havendo claras sinalizações dos seus editores indicando que existe um trabalho no sentido de corrigir esta lacuna.

Foi utilizada a base de dados *JCR/ISI (Journal Citations Report)* – índice Fator de Impacto (FI), ano base 2008 – e a base de dados *Scopus/SCImago* – índice H de dois anos, 2007 e 2008. Os periódicos indexados no *JCR/ISI*, ou no *Scopus/SCImago* foram assim classificados:

Classificação A1 – periódicos com FI maior do que 0,5, ou H maior do que 5;

Classificação A2 – periódicos com FI maior do que 0 e menor ou igual a 0,5, ou H maior do que 0 e menor ou igual a 5.

Quando os periódicos não se encontravam classificados no *JCR/ISI* ou no *Scopus/SCImago* as seguintes regras foram utilizadas:



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

**Indexações a outras bases de dados** – Os periódicos editados no Brasil indexados no *Scielo* foram classificados como B1; os periódicos editados no exterior indexados em indexadores equivalentes (*EconLit* – [www.econlit.org](http://www.econlit.org), *PsycInfo* – [www.apa.org/psycinfo](http://www.apa.org/psycinfo), *Redalyc* – <http://redalyc.uaemex.mx>, e outros) foram classificados como B1;

**Avaliações anteriores** – Os periódicos sem FI, sem H, e não indexados a outras bases relevantes foram classificados da seguinte forma: periódicos IC (antigo Internacional C) e NA (antigo Nacional A) foram classificados como B2; periódicos NB (antigo Nacional B) foram classificados como B3; periódicos NC (antigo Nacional C), LA (antigo Local A) e LB (antigo Local B) foram classificados como B4; periódicos LC (antigo Local C) foram classificados como B5.

Periódicos não classificados no *JCR/ISI* ou no *Scopus/SCImago* que não haviam sido classificados anteriormente foram classificados como B2, B3, B4, B5 ou C, conforme sua qualidade e importância para a área. Os critérios utilizados para essa avaliação são basicamente seis: tempo de vida do periódico (para periódicos eletrônicos originados a partir de periódicos impressos correntes, o tempo de vida considerado é o tempo de vida do periódico impresso), endogenia e pluralidade institucional dos autores, vinculação a programa de PG *strito sensu* ou sociedade científica reconhecida pelo Comitê de área, e qualidade geral do periódico e dos artigos nele publicados.

A classificação dos periódicos no sistema WebQualis deve ser revisada, em princípio, anualmente, com base nas publicações dos docentes e discentes vinculados aos PG da área no ano anterior. A classificação realizada em 2008 (com as modificações na escala) teve por base as publicações realizadas em 2007. Em 2009 foram incluídos novos periódicos, com base nas publicações de 2008, ajustando-se a classificação de alguns periódicos anteriormente listados, em função de suas indexações e de seus índices de impacto. Percebe-se, pois, o caráter reativo do processo de classificação, tratando-se de procedimento com finalidades estritamente relacionadas à avaliação da produção intelectual dos programas de PG.

Num quadro sintético, as definições dos estratos são:

A1 –  $FI > 0,5$ , ou  $H > 5$ .

A2 –  $0 < FI \leq 0,5$ , ou  $0 < H \leq 5$ .

B1 – Indexado no *Scielo*, se periódico editado no Brasil, ou indexador equivalente, se periódico editado fora do Brasil. Publicação de no máximo 30% dos artigos com autores vinculados a uma mesma instituição, por volume.

B2 – Antigo NA. Publicação de no máximo 35% dos artigos com autores vinculados a uma mesma instituição, por volume.

B3 – Antigo NB. Publicação de no máximo 40% dos artigos com autores vinculados a uma mesma instituição, por volume.



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

B4 – Antigo NC, LA e LB. Publicação de no máximo 45% dos artigos com autores vinculados a uma mesma instituição, por volume.

B5 – Antigo LC. Atendimento dos requisitos mínimos estabelecidos para avaliação.

C – Periódicos que não atendem os requisitos mínimos para avaliação.

Atendendo determinação do *CTC-ES*, e visando a avaliação da produção intelectual dos programas de PG, a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo utiliza os seguintes pesos relativos a cada estrato:

Estrato	Pontuação
A1	100
A2	80
B1	60
B2	50
B3	30
B4	20
B5	10
C	0

### CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

Uma parte importante da produção intelectual dos programas de PG da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo é escoada na forma de **livros e capítulos em livros** de coletâneas. Seguindo a tradição da área, procede-se a uma avaliação criteriosa desta produção, envolvendo a comunidade de pesquisadores (avaliação por pares), com objetividade e transparência. Para o presente triênio, adotar-se-á o roteiro de avaliação de livros determinada por decisão do *CTC-ES* em sua 111ª reunião, com devidas adaptações às peculiaridades e experiência acumuladas pela área.

Para efeitos de avaliação dos programas de PG da área, compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua *ISBN* contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial. A avaliação dos livros será aplicada exclusivamente para classificação da **produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades**. Serão consideradas obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção. Em resumo, os requisitos são:

1. conter registro no *ISBN – International Standard Book Number* (obtido junto à Fundação Biblioteca Nacional);
2. ser classificado como livro didático ou de referência para a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (literatura genérica ou de ficção não será objeto de



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

- avaliação);
3. ter autor integrante de núcleo docente permanente (*NDP*) ou de corpo docente de programa de PG vinculado à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo;
  4. ser a primeira edição da obra ou edição posterior, desde que esta apresente alterações superiores a 30% em seu conteúdo em relação à edição imediatamente anterior; no caso de re-edição as alterações deverão ser assinaladas pelo(s) autor(es) em anexo à ficha de submissão para avaliação do livro; três exemplares das duas edições deverão ser enviadas à Coordenação de área para que o Comitê de Avaliação possa verificar as modificações realizadas;
  5. ter sido publicado por editora pública ou privada, associação científica ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial;
  6. apresentar texto original (compilação ou reprodução de artigos já publicados em outros meios não será objeto de avaliação).

A avaliação será procedida utilizando-se instrumento de avaliação contendo informações relativas à obra em análise. A primeira parte, com dados de identificação da obra e outros aspectos formais, deverão ser preenchidas pelos coordenadores de PG ou pelos autores dos livros e enviadas à coordenação da área, para registro. Uma segunda parte, de avaliação qualitativa do conteúdo da obra, deverá ser preenchida por membros do Comitê de Avaliação. É de responsabilidade dos coordenadores de PG o envio à coordenação da área, seguindo calendário e endereço divulgados com antecipação, três exemplares originais de cada obra submetida ao processo de avaliação. Artigos ou capítulos publicados em coletâneas editadas no exterior são dispensados do envio de originais, por razões econômicas, devendo os coordenadores dos programas envolvidos providenciar o envio, em três vias, de cópias dos artigos ou capítulos, juntamente com cópias das páginas iniciais ou finais da coletânea, que permitam caracterizá-la devidamente, com os dados de identificação da obra, seus autores, sua editora, local e ano de publicação, sumário, incluindo a lista dos autores dos capítulos que compõem a obra, sua introdução, apresentando os propósitos da obra, enfim, todas as informações constantes do instrumento de identificação da obra (Parte I), abaixo descrita.

<b>Parte I – Dados de Identificação da Obra</b>
Título da obra:
ISBN:
Editora:
Análise por conselho editorial – explicar o papel do conselho editorial atribuído pela editora:
Local de publicação:
Idioma da obra:
Número de páginas:
Ano de publicação da primeira edição (ver item 4 dos requisitos para avaliação):





### DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Formato (impresso ou eletrônico):
Tiragem (se impresso):
Abrangência de distribuição (local, nacional, outros países):
Formas de distribuição (livrarias comerciais, compra pela <i>Internet</i> , <i>IES</i> em que o autor atua, pelo autor):
Referência completa (adotar <i>ABNT</i> ):
Finalidade primária da obra – livro didático ou de referência (ver critérios de avaliação qualitativa):
Linha de pesquisa ou área de concentração do programa à qual a obra se vincule:
Tipo da obra – texto integral, coletânea, dicionário ou enciclopédia:
Autores (texto integral) ou Organizadores (coletânea) – especificar se docente ou discente do programa:
Número de capítulos (se coletânea):
Autores de capítulos vinculados ao programa – especificar se docente ou discente, título e páginas de cada capítulo (se coletânea):
Número médio de referências por capítulo:
Informações complementares – participação de docentes e discentes de outros programas, financiamento da edição, premiações recebidas, participação de autores estrangeiros, etc.:

A segunda parte, avaliação qualitativa do conteúdo da obra, será procedida por pelo menos dois consultores, de forma independente e anônima (avaliação anônima por pares) tendo em mãos o exemplar da obra em avaliação. Se necessário, por divergências muito acentuadas entre as avaliações, um terceiro consultor poderá ser chamado a opinar.

A avaliação de conteúdo será baseada na relevância temática da obra, no caráter inovador da contribuição e em seu potencial de impacto. A avaliação da **relevância**



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

**temática** levará em conta a contribuição da obra para o desenvolvimento científico e tecnológico da área, a contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes, a atualidade da temática, a clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados, o rigor científico (estrutura teórica), a precisão de conceitos, terminologia e informações, o senso crítico no exame do material estudado, a bibliografia referenciada, que denote amplo domínio de conhecimento, e a qualidade das ilustrações, linguagem e estilo. A avaliação do **caráter inovador** da contribuição levará em conta a originalidade na formulação do problema de investigação, o caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados, e a contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas. A avaliação do **potencial impacto** levará em conta a circulação e distribuição previstas, o idioma da publicação, as re-impressões ou re-edições realizadas, e os possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

Explicita-se a seguir o modo de operacionalização da avaliação por parte do Comitê de Avaliação. São apresentados dois instrumentos, com escalas tipo *Likert*, uma para livros de caráter primariamente didático e outra para livros de referência acadêmico-científica.

Parte II – Avaliação pelo Comitê de Avaliação – livros didáticos						
Título da obra:						
ISBN:						
Atribua nota de 0 a 5 (sendo 5 a melhor nota) para os quesitos abaixo	0	1	2	3	4	5
1. Contribuição da obra para o desenvolvimento curricular da área						
2. Adaptação à realidade brasileira						
3. Atualidade do texto						
4. Clareza na abordagem dos temas – fluidez na leitura						
5. Rigor científico (estrutura teórica e profundidade da obra)						
6. Precisão de conceitos, terminologia e informações						
7. Senso crítico no exame do material estudado						
8. Bibliografia referenciada que denote amplo domínio de conhecimento (abrangência da obra)						
9. Qualidade gráfica e de apresentação						
10. Criatividade e inovação na abordagem geral – comparado às obras já existentes sobre o tema						
11. Inovação da contribuição para os currículos da área						
12. Disponibilidade de material de apoio aos professores usuários da obra						
13. Disponibilidade de recursos didáticos e de aprendizagem para os alunos (CD/sites/casos/exercícios)						
14. Distribuição e disponibilidade da obra (nota máxima se disponível para compra pela <i>Internet</i> e livrarias localizadas em vários Estados e nota mínima se apenas distribuído pelo autor)						
15. Potencial para se tornar bibliografia obrigatória ou básica em						



### DOCUMENTO DE ÁREA 2009

cursos sobre o tema							
16. Erros de composição por página (média máxima de 2 erros por página para nota máxima)							
Total de pontos:							
Comentários adicionais:							
Parte II – Avaliação pelo Comitê de Avaliação – livros de referência							
Título da obra:							
ISBN:							
Atribua nota de 0 a 5 (sendo 5 a melhor nota) para os quesitos abaixo	0	1	2	3	4	5	
1. Contribuição da obra para o desenvolvimento científico e tecnológico da área							
2. Contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes							
3. Atualidade da temática							
4. Clareza na abordagem dos temas – fluidez na leitura							
5. Rigor científico (estrutura teórica e profundidade com que se discutem correntes concorrentes de pensamento relacionados ao tema da obra)							
6. Precisão de conceitos, terminologia e informações							
7. Senso crítico no exame do material estudado							
8. Bibliografia referenciada que denote amplo domínio de conhecimento (abrangência da obra)							
9. Qualidade gráfica e de apresentação							
10. Criatividade e inovação na abordagem geral – comparado às obras já existentes sobre o tema							
11. Inovação de abordagem ou dos métodos adotados							
12. Contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas							
13. Originalidade na formulação do problema de investigação							
14. Distribuição e disponibilidade da obra (nota máxima se disponível para compra pela <i>Internet</i> e livrarias localizadas em vários Estados e nota mínima se apenas distribuído pelo autor)							
15. Potencial para ser referência relevante em um número significativo de artigos, teses ou dissertações da área							
16. Erros de composição por página (média máxima de 2 erros por página para nota máxima)							
Total de pontos:							
Comentários adicionais:							



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Ao final do processo, todos os livros encaminhados para avaliação serão classificados nos estratos L1 a L4, ou LNC. O estrato LNC é reservado às obras não classificáveis, não tendo atendido aos requisitos mínimos já explicitados nos itens (1) a (6), ou com pontuação total média (entre os avaliadores) obtida na ficha de avaliação (Parte II) pouco expressiva, menor do que 40 pontos. Os demais estratos são a seguir definidos.

L1 – Obra atende aos requisitos mínimos explicitados nos itens (1) a (6), com pontuação total média (entre os avaliadores) obtida na ficha de avaliação (Parte II) maior ou igual a 40 e menor do que 50 pontos.

L2 – Obra atende aos requisitos mínimos explicitados nos itens (1) a (6), com pontuação total média (entre os avaliadores) obtida na ficha de avaliação (Parte II) maior ou igual a 50 e menor do que 60 pontos, possuindo evidências de impacto local, pela forma de sua distribuição, apresentando lista completa de referências, além de ter passado por conselho editorial que avaliou a obra em seu conteúdo.

L3 – Obra atende aos requisitos mínimos explicitados nos itens (1) a (6), com pontuação total média (entre os avaliadores) obtida na ficha de avaliação (Parte II) maior ou igual a 60 e menor ou igual a 70 pontos, possuindo evidências de impacto regional, pela forma de sua distribuição, apresentando lista completa de referências, apresentando índice remissivo (por assunto), além de ter passado por conselho editorial que avaliou a obra em seu conteúdo.

L4 – Obra atende aos requisitos mínimos explicitados nos itens (1) a (6), com pontuação total média (entre os avaliadores) obtida na ficha de avaliação (Parte II) maior ou igual a 70 pontos, possuindo evidências de impacto nacional ou internacional, pela forma de sua distribuição, apresentando lista completa de referências, apresentando índice remissivo (por assunto), além de ter passado por conselho editorial que avaliou a obra em seu conteúdo.

Visando a avaliação da produção intelectual dos programas de PG, a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo utiliza os seguintes pesos relativos a cada estrato:



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Estrato	Pontuação
L4	100
L3	75
L2	50
L1	25
LNC	0

Deve ser ressaltado que capítulos são considerados tendo como referência o livro no qual foram publicados. Atribuem-se pontos à organização de coletâneas, bem como à autoria de capítulos em coletâneas, sendo tradição na área valorizar cada organização ou capítulo com um terço dos pontos atribuídos às obras integrais. A tabela a seguir evidencia esta pontuação.

Organização ou autoria de capítulos em livros classificados nos estratos	Pontuação
L4	33
L3	25
L2	17
L1	8
LNC	0

Adicionalmente, cumprindo determinação do *CTC-ES*, a pontuação atribuída a um programa de PG no quesito produção intelectual decorrente de organização ou autorias de capítulos em uma (mesma) coletânea não pode ultrapassar a pontuação da obra integral. Da mesma forma, um mesmo autor poderá pontuar no máximo a organização e autoria de um capítulo ou autoria de dois capítulos em uma mesma obra.

A par desta valorização de produção intelectual (artigos em periódicos e livros), a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo tem tradição de também valorizar **trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos qualificados**. No entanto, o trabalho publicado em anais constitui produção provisória e, regra geral, requer melhorias para sua transformação em artigo a ser submetido a um periódico. Assim, atentando para a evolução qualitativa da área como um todo, em seu processo de consolidação, a avaliação da produção intelectual escoada em anais de congressos neste triênio de avaliação (2007-2009) estará limitada a um máximo de pontuação por docente permanente por ano de atuação, dentre uma lista restrita de eventos qualificados, conforme adiante se explicita.

### CLASSIFICAÇÃO DE TRABALHOS EM EVENTOS

A área qualifica seus eventos em apenas dois níveis, E1 e E2. A lista de eventos qualificados a serem considerados no processo de avaliação da produção intelectual de seus docentes e discentes no presente triênio de avaliação é de conhecimento geral, amplamente divulgada há vários anos, reproduzida no final deste documento.



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Com vistas à avaliação da produção intelectual dos programas de PG, a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo utiliza os seguintes pesos relativos a cada estrato:

Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos classificados nos estratos	Pontuação
E1	12,5
E2	4

Cabe ressaltar que a cada docente permanente que tenha atuado no programa por um ano, dois anos, e três anos será atribuído no máximo 25, 50 e 75 pontos decorrentes de trabalhos publicados em anais de eventos, respectivamente.

### IV. Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009

Quesitos / Itens	Peso*	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 – Proposta do Programa</b>	<b>0</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	A(s) <b>área(s) de concentração</b> visa(m) apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres ou doutores. As <b>linhas de pesquisa</b> devem expressar a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração, ou seja, representar um recorte específico e bem delimitado desta. O corpo docente permanente deve ser capaz de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa. Cada linha de pesquisa deve contar com a participação de, no mínimo, quatro docentes permanentes. Os <b>projetos desenvolvidos</b> , assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa. A <b>estrutura curricular</b> deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese ou sumário dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte nos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos e textos científicos, preferentemente de artigos publicados em periódicos acadêmicos de bom nível, que

\* Peso do Quesito na nota final e peso do Item dentro do Quesito



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		representem o estado da arte no tema, conforme o nível do curso.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	20%	<p>O programa deve destacar em seus relatórios de desempenho: a) informações relativas à sua <b>relevância e impacto regional, nacional ou internacional</b> de sua atuação na formação de mestres e doutores; b) os <b>convênios de cooperação</b> ativos relevantes de âmbito nacional, no caso de curso de mestrado, e de âmbito internacional, no caso de curso de doutorado; e c) que promove cooperação tecnológica ou científica relevante e efetiva com outras instituições.</p> <p>O programa deve indicar, ainda, em seus relatórios de desempenho: a) o processo de <b>seleção de alunos</b>, com os requisitos de entrada, periodicidade de ingresso (semestral, anual, bi-anual, entre outras) e número de ingressantes por período; e b) os procedimentos relativos ao <b>credenciamento e renovação de credenciamento de docentes</b>.</p> <p>Considerando a relevância do papel exercido por programas de pós-graduação na formação de docentes, e dada a carência de professores qualificados no Brasil, <b>atividades inovadoras</b> e diferenciadas conduzidas pelo programa na <b>formação de docentes</b> constituem aspecto importante na avaliação. O programa deve deixar claro em seus relatórios como se dá o processo de formação de pesquisadores e docentes, explicitando suas estratégias, metodologias, experiências e formas de avaliação.</p> <p>É desejável que o programa tenha <b>financiamento ou apoio de entidades externas</b> para o seu desenvolvimento, tais como agências de fomento à pesquisa – de nível regional, nacional e internacional – e empresas ou organizações em geral.</p>
1.3. Infra-estrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	Os relatórios de desempenho do programa devem evidenciar: a) que a <i>IES</i> proponente do curso disponibiliza <b>salas de aula</b> e demais recursos administrativos e físicos necessários à condução das atividades letivas e ao seu adequado funcionamento; b) a existência e a adequação de <b>laboratórios e bibliotecas</b> , caracterizando o acervo em termos do número de livros e de periódicos, e as áreas nas quais estes se concentram, <b>assinaturas de bases de dados</b> , ou outras formas de acesso eletrônico à produção intelectual da área. Esses recursos devem atender às necessidades do programa e das pesquisas conduzidas por seus docentes e discentes.
<b>2 – Corpo Docente</b>	<b>20%</b>	



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>25%</p>	<p>Verifica-se a <b>diversidade de formação</b> dos docentes, quanto a ambientes e instituições, valorizando-se indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições. É recomendável que o núcleo docente permanente (<i>NDP</i>) de um programa seja egresso de diferentes programas de pós-graduação, apresentando relativa heterogeneidade na formação acadêmica.</p> <p>Analisa-se a <b>compatibilidade</b> do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do programa, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Avalia-se a especialidade e <b>adequação</b> do <i>NDP</i> em relação à proposta do programa. Para tanto, verifica-se em que medida o perfil desse núcleo é compatível com a referida proposta. Não se trata de verificar se o <i>NDP</i> tem formação específica em Administração, Ciências Contábeis ou Turismo, conforme a sub-área do programa, e sim se esse núcleo tem atuação, em <b>pesquisa e docência</b>, compatível com o tipo de profissional que o programa se propõe a formar.</p> <p>Analisa-se a trajetória da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais <b>oscilações</b> em sua composição e nível de qualificação, especialmente se expressem melhoria ou queda da qualidade da equipe. Atenta-se especialmente para possíveis indicadores de <b>falta de respaldo</b> da <i>IES</i> ou sua mantenedora ao programa.</p> <p>A existência de processos de <b>avaliação dos docentes</b> na <i>IES</i>, bem como critérios e procedimentos para <b>credenciamento de orientadores</b> de mestrado e de doutorado são importantes sinalizadores de qualidade.</p> <p>Consideram-se aspectos como: <b>experiência</b> na condução de projetos de pesquisa, especialmente se contemplados com <b>bolsas de produtividade</b> em pesquisa, bolsas de desenvolvimento tecnológico e bolsas Senior, realização de estágios de <b>pós-doutoramento, orientações</b> (já concluídas) de alunos, <b>consultorias ad hoc</b> para agências de fomento, liderança em projetos com <b>financiamentos externos</b> em processos competitivos, <b>projeção</b> nacional e internacional, <b>prêmios</b> recebidos, <b>participação</b> em comissões especiais e outras atividades consideradas relevantes na área e sinalizadoras de <b>prestígio acadêmico</b>.</p> <p>O item será avaliado considerando-se a <b>proporção</b> de docentes permanentes do programa que possuem</p>
---	------------	---





## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		experiência relevante, nos termos acima descritos.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	45%	<p>Verificam-se as formas e o impacto da atuação dos docentes em pesquisa. Considerando-se o perfil da área, o leque de oportunidades disponíveis para seus programas, de acordo com suas respectivas sub-áreas de conhecimento ou especialidades, e com a região ou unidade da federação em que se localizem, valorizam-se os indicadores da capacidade dos docentes de terem destacada a qualidade de suas contribuições como pesquisadores e de obterem os meios para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa, como, por exemplo: obtenção de <b>bolsa de produtividade do CNPq</b>, <b>captação de recursos</b> públicos ou privados, participação em <b>programas</b> ou <b>projetos especiais</b>.</p> <p>É desejável que pelo menos 25% do <i>NDP</i>, no caso de curso de mestrado e de 50% no caso de curso de doutorado: a) participe de algum <b>intercâmbio</b> acadêmico e tecnológico com outras instituições de ensino ou pesquisa; b) já tenha recebido algum <b>financiamento</b> para pesquisa concedido por órgão de fomento nacional ou regional, ou da própria instituição mantenedora, quando esta possuir histórico de desenvolvimento tecnológico na área em foco ou áreas correlatas, em processo competitivo formal com avaliação por pares.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	20%	<p>Analisa-se atuação dos docentes permanentes em atividades de docência na pós-graduação, sendo esperado que cada docente permanente deva ser responsável por uma carga mínima de 30 horas-aula anuais no programa.</p> <p>Na avaliação deste item verifica-se a <b>proporção</b> de docentes do <i>NDP</i> que possuem essa carga anual, descontando-se situações específicas de professores do <i>NDP</i> que não ministraram disciplinas no ano-base em razão de ocuparem <b>cargos de gestão</b> ou por se encontrarem em estágio <b>pós-doutoral</b> ou outros afastamentos acadêmicos.</p>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da	10%	<p>Avalia-se, nesse item, a participação do <i>NDP</i> do programa nas atividades de ensino de graduação ou de iniciação científica, com foco especial na oferta de atividades, projetos e programas de melhoria de ensino e de capacitação de alunos e professores, além de participação efetiva no ensino e na pesquisa em curso de graduação. Consideram-se tanto as implicações <b>positivas</b> dessa participação como seus efeitos <b>negativos</b>, estas sob a ótica das necessidades e interesses do programa, decorrente de eventual excesso de</p>



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.		dedicação dos docentes a tais atividades. Nesse caso avalia-se a <b>proporção</b> de docentes permanentes que atuam no <b>ensino de graduação</b> , na orientação de bolsistas de <b>iniciação científica</b> , de trabalhos de <b>conclusão de cursos de graduação</b> , ou ainda na condução de <b>oficinas de pesquisa</b> a alunos de graduação. O item será avaliado considerando-se a <b>proporção</b> de docentes permanentes do programa que exercem estas atividades nos termos acima descritos.
<b>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</b>	<b>35%</b>	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	20%	Avalia-se a <b>proporção de titulados</b> no ano-base considerando-se o <b>número de discentes</b> no final do ano-anterior. Os cálculos são aplicáveis apenas para cursos de doutorado com cinco anos ou mais de funcionamento e para cursos de mestrado com três anos ou mais de funcionamento.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	15%	Avalia-se o número <b>médio</b> de orientandos por docente permanente (média entre os docentes), em regime estacionário, sem distinção de nível – mestrado ou doutorado. A média é calculada tomando-se o total de alunos no final do ano-base e dividindo-o pelo número de docentes permanentes do programa. Caso haja docentes participando do <i>NDP</i> de outros programas, dentro das normativas permitidas, a média será devidamente <b>ajustada</b> levando-se em conta a carga média de orientação nos demais programas. A situação ideal é alcançada quando a distribuição de orientandos por orientador é <b>equilibrada</b> .
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de <i>IES</i> com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50%	Buscam-se evidências indiretas de qualidade das teses e dissertações geradas no âmbito do programa, avaliando-se: 1) o processo de formação de suas <b>comissões avaliadoras</b> ; e 2) sua <b>vinculação</b> às linhas de pesquisa oferecidas pelo programa. O item é apreciado qualitativamente pelo Comitê de Avaliação. Considera-se Muito Bom quando: a) as comissões avaliadoras das teses e dissertações incluam participação de <b>examinadores externos ao curso</b> , no caso de cursos de mestrado, e de <b>examinadores externos à IES</b> , no caso de cursos de doutorado (a participação de membros externos à <i>IES</i> nas comissões avaliadoras de dissertações é valorizada, embora não exigida); b) todos os membros das comissões avaliadoras das teses e dissertações possuam o <b>título de doutor</b> e atuem como <b>docentes em programas de pós-graduação credenciados pela CAPES</b> ou como pesquisadores em institutos de pesquisa



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		<p>da respectiva área temática; c) 80% ou mais das dissertações e teses sejam <b>vinculadas às linhas de pesquisa</b> do programa (admite-se que até 20% das dissertações e teses não apresentem vínculo estrito com as linhas de pesquisa desenvolvidas no programa, de modo a permitir o surgimento e desenvolvimento de novas linhas de pesquisa).</p> <p>Avalia-se, ainda, a participação de <b>discentes autores</b> da pós-graduação e da graduação (neste caso, se a <i>IES</i> possuir graduação na área) na produção científica do programa, referenciada no Qualis da área. Considera-se o <b>percentual</b> de discentes autores nos trabalhos publicados em relação ao número de discentes do programa no final do ano anterior. O item é aplicável para cursos de mestrados com mais de <b>dois</b> anos de funcionamento e cursos de doutorados com mais de <b>três</b> anos de funcionamento. Admitem-se publicações originadas de teses e dissertações de egressos do programa com até <b>dois</b> anos após a titulação de mestrado e até <b>três</b> anos após a titulação de doutorado, respectivamente. A autoria conjunta entre docentes do programa e alunos de graduação é valorizada qualitativamente nos casos em que esses alunos estejam envolvidos em programas de iniciação científica.</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	Avalia-se o <b>prazo médio</b> de conclusão de curso, tanto de bolsistas como de não-bolsistas.
<b>4 – Produção Intelectual</b>	<b>35%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	55%	Para avaliação desse item será calculada a pontuação <b>média anual</b> por docente permanente, nos termos dos quadros de pesos relativos de produção intelectual escoados sob a forma de artigos em periódicos qualificados no Qualis Periódicos da área, livros e capítulos de livros devidamente avaliados por Comitê de Avaliação e trabalhos em anais de eventos científicos qualificados pela área, conforme detalhado no capítulo III deste documento (Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos e os demais Qualis (Artístico, Livros, quando couber) e os critérios da Área para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação). A pontuação média é calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total (no triênio) do programa (evitando-se <b>múltiplas contagens</b> , caso haja múltiplos autores do mesmo programa), dividindo-se pelo número



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		de docentes permanentes em atuação no programa (ajustando-se devidamente, caso haja <b>flutuações</b> no número de docentes permanentes ao longo do triênio), e dividindo-se por três (ajustando-se devidamente o divisor caso o programa tenha sido iniciado no meio do triênio).
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Avalia-se a <b>proporção</b> dos docentes permanentes do programa considerados altamente produtivos, isto é, que alcançaram pelo menos 150 pontos de produção bibliográfica no triênio.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	<p>Analisa-se a produção tecnológica e técnica do programa, sua importância para o desenvolvimento científico e tecnológico, âmbito de circulação e disseminação, etc. Esta é uma importante contribuição que os programas de pós-graduação vinculados à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo têm oferecido à comunidade em geral, embora de difícil registro e documentação, e por consequência de difícil avaliação. A avaliação do item será realizada de forma qualitativa.</p> <p>São exemplos de produção tecnológica: casos e materiais para ensino presencial e a distância, produção protegida por registro ou depósito de patentes, modelos de gestão, modelos de análise de dados e informações, instrumentos padronizados de coleta de dados, aplicativos, produtos, tecnologias de processo e de produto, tecnologias de gestão ou de operação, marcas e softwares desenvolvidos, com ou sem registro no <i>INPI</i>.</p> <p>São exemplos de produção técnica: relatórios de serviços técnicos, decorrentes ou não de consultorias e projetos executados, pareceres e perícias técnicas, planos elaborados, devidamente documentados, consultoria a agências de fomento ao ensino e pesquisa, avaliação de trabalhos submetidos a periódicos e a eventos científicos, organização de evento científico, editoria científica.</p>
<b>5 – Inserção Social</b>	<b>10%</b>	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	50%	<p>Analisa-se os seguintes impactos, com base em informações qualitativas e quantitativas fornecidas pelo programa:</p> <p>a) <b>educacional</b> – contribuição para a formação de docentes, inclusive para cursos de graduação e de especialização, valorizando-se, sobretudo: i) oferta de cursos de mestrado e doutorado interinstitucional, realizados de acordo com as regras da <i>CAPES</i> e devidamente aprovados, em especial os destinados a <i>IES</i> localizadas em regiões carentes de mestres e doutores; ii)</p>



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		<p>consórcios entre <i>IES</i> para oferta de cursos de mestrado e de doutorado; iii) participação em programas de melhoria de ensino;</p> <p>b) <b>social</b> – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento e formação de professores para o ensino de graduação;</p> <p>c) <b>cultural</b> – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;</p> <p>d) <b>tecnológico/econômico</b> – contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional ou nacional destacando os avanços produtivos gerados, entrevistas, matérias em jornais, conselhos tutelares e deliberativos; disseminação de técnicas e conhecimentos.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	30%	Valorizam-se especialmente ações como: a) participação em <b>programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio</b> ; b) participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o <b>desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas</b> (atuação de professores visitantes; participação em programas como “Casadinho”, <i>PQI</i> , Dinter/Minter, <i>PROCAD</i> e similares); c) participação em atividades de apoio a <b>melhoria de ensino</b> de pós-graduação e de graduação.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	20%	Valorizam-se especialmente os seguintes aspectos: a) <b>manutenção de página web</b> para a divulgação, de forma atualizada, de dados do programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da <i>CAPES</i> e de outras agências públicas e entidades privadas etc.; b) garantia de <b>amplo acesso a teses e dissertações</b> , pela web, conforme Portaria <i>CAPES</i> nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.

### V. Considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 – inserção internacional

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado, classificados como nota 5 na primeira etapa de realização da avaliação trienal, e que atendam necessária e obrigatoriamente duas condições: i) apresentem desempenho



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área, ii) tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

Analisa-se a participação do programa ou curso em **convênios internacionais ativos** com resultados evidenciados, a circulação pelo programa de **professores visitantes de universidades estrangeiras** reputadas como de primeira linha, a existência de **intercâmbio de alunos** com universidades estrangeiras (em ambos os sentidos), a participação de docentes do programa na **organização de eventos internacionais**, no Brasil ou no exterior, além de participação dos docentes do programa em comitês e diretorias de **associações científicas e acadêmicas internacionais**. A oferta de mestrado ou doutorado interinstitucional, em especial para *IES* localizadas em regiões carentes é condição para atribuição de nota 6 ou 7.

Para atribuição da **nota 6** exige-se que **pelo menos 25% dos docentes permanentes** do programa tenham publicado artigos em periódicos classificados nos **estratos A1 ou A2**, no triênio. Adicionalmente, **pelo menos 20% dos docentes permanentes** devem ser detentores de **bolsa de produtividade em pesquisa no CNPq, ou coordenadores de projeto de pesquisa financiado por agências de fomento** ao ensino e pesquisa, externas à *IES*, de nível estadual, nacional ou internacional.

Para atribuição da **nota 7** a exigência é de que **pelo menos 40% dos docentes permanentes** do programa tenham publicado artigos em periódicos classificados nos **estratos A1 ou A2**, no triênio, e **pelo menos 40% dos docentes permanentes** devem ser detentores de **bolsa de produtividade em pesquisa no CNPq, ou coordenadores de projeto de pesquisa financiado por agências de fomento** ao ensino e pesquisa, externas à *IES*, de nível estadual, nacional ou internacional.

Analisa-se também o **nível de consolidação do programa como formador de recursos humanos** e não apenas como importante centro de produção de pesquisa. Programas com notas 6 e 7 devem possuir **posição consolidada nacionalmente** na formação de doutores, explorando seu potencial de formação de pessoas, e a relação entre sua contribuição para a pesquisa e a utilização dessa competência como oportunidade para a formação de recursos humanos de alto nível. A liderança nacional na nucleação de programas de PG e de grupos de pesquisa é analisada, verificando-se se o programa tem contribuição relevante, **destacada dos demais programas da área**, na nucleação de grupos de pesquisa ou de pós-graduação no Brasil – isto é, se o programa formou doutores que desempenham papel significativo em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos [na região – tendência para a nota 6 – e em âmbito nacional – tendência para 7].

Adicionalmente verifica-se a existência de **ações e formas inovadoras** na pesquisa e na formação de mestres e doutores, avaliando-se seus resultados, e o papel do programa como pólo de atração para a realização dos projetos de estágios seniores ou pós-doutorais ou de atividades similares, assim como de alunos para doutorados sanduíche.

Lista de Eventos qualificados



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Nome do Evento	Estrato
AAA. Annual Meeting of the American Accounting Association	E1
AIB. Annual Meeting of the Academy of International Business	E1
ALTEC. Seminario Latino-Americano de Gestión Tecnológica	E1
ANPCONT. Congresso ANPCONT	E1
AnPOCS. Encontro da AnPOCS	E1
ANPTUR. Seminário da ANPTUR	E1
AOM. Annual Meeting of the Academy of Management	E1
APSA. Annual Meeting of the American Political Science Association	E1
ASA. Annual Meeting of the American Sociological Association	E1
BAM. British Academy of Management Annual Conference	E1
CAFGRH. Congress Association Francophone de Gestion des Ressources Humaines	E1
CBC. Congresso Brasileiro de Custos	E1
CCC-USP. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	E1
CIPL. Colóquio Internacional sobre Poder Local	E1
CNDMA. Conference on New Directions in Management Accounting	E1
CPMMC. Conference on Performance Measurement and Management Control	E1
DRUID. DRUID Summer Conference	E1
DSI. Annual Meeting of the Decision Sciences Institute	E1
EAA. Annual Congress of the European Accounting Association	E1
EEE. Encontro de Estudos em Estratégia	E1
EGOS. European Group for Organizational Studies Colloquium	E1
EIBA. European International Business Academy Annual Conference	E1
EMA. Encontro de Marketing	E1
EnADI. Encontro de Administração da Informação	E1
EnANPAD. Encontro da ANPAD	E1
EnAPG. Encontro de Administração Pública e Governança	E1
ENE. Encontro Nacional de Economia da ANPEC	E1
EnEO. Encontro de Estudos Organizacionais	E1
EnEPQ. Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade	E1
EnGPR. Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho	E1
EurOMA. International European Operations Management Association Conference	E1
FMA. Financial Management Association Annual Meeting	E1
HICSS. Hawaii International Conference on Systems Sciences	E1
IAM. International Conference of the Iberoamerican Academy of management	E1
ICIS. International Conference on Information Systems	E1
IFORS. International Federation of Operational Research Societies Conference	E1
IPSA. International Political Science Association World Congress	E1
IPSERA. International Purchasing and Supply Education and Research Association Annual Conference	E1



## DOCUMENTO DE ÁREA 2009

IRSPM. Annual Conference of the International Research Society for Public Management	E1
ISA. World Congress of Sociology	E1
ISNIE. Annual Conference of the International Society for New Institutional Economics	E1
MAR. Cost and Performance in Services and Operations (MAR of EIASM)	E1
SGIT. Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica	E1
SIMPOI. Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais	E1
SMS. Strategic Management Society Conference	E1
ABCP. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política	E2
ACSP. Conference of the Association of Collegiate Schools of Planning	E2
AESOP. Conference of the Association of European Schools of Planning	E2
AMA. American Marketing Association Summer Educator's	E2
AMC. Academy of Marketing Conference	E2
AMCIS. Americas Conference on Information Systems	E2
APAC. Asian Pacific Accounting Conference	E2
ASAC. Administrative Sciences Association of Canada Conference	E2
ASPA. American Society for Public Administration Conference	E2
BALAS. Business Association of Latin American Studies Annual Conference	E2
CATI. Congresso Anual de Tecnologia da Informação	E2
CBIAR. Congresso Brasileiro & Internacional de Administração Rural da ABAR	E2
CBTR. Congresso Brasileiro de Turismo Rural	E2
CCP. Congresso de Contabilidade de Portugal	E2
CIC. Congresso Internacional de Custos da ABC	E2
CISLF. Congrès International des Sociologues de Langue Française	E2
CITURDES. Congresso Internacional de Turismo e Desenvolvimento Sustentável	E2
CLABCS. Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais	E2
CLAIO. Congreso Latino-Americano de Investigación de Operaciones y Sistemas	E2
CONTECSI. Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação	E2
EAOM. International Eastern Academy of Management Conference	E2
EGEPE. Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas	E2
EMAC. European Marketing Academy Conference	E2
ENANPUR. Encontro Nacional da ANPUR	E2
ENEGEP. Encontro Nacional de Engenharia de Produção	E2
ENEP-SEP. Encontro Nacional de Economia Política da SEP	E2
ENGEMA. Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente	E2
ENTBL. Encontro Nacional de Turismo com Base Local	E2
EURAM. European Academy of Management Annual Conference	E2
GBATA. International Conference of Global Business and Technology Association	E2





**DOCUMENTO DE ÁREA 2009**

GFC. Annual Global Finance Conference	E2
IAAER. World Congress of the International Association for Accounting Education and Research	E2
IAEB. International Academy of e-Business Annual Conference	E2
IAMOT. International Conference on Management of Technology	E2
ICCE. International Congress on Communication and Education	E2
ICCM. International Conference on Chain-Management in Agribusiness	E2
ICTPI. International Conference on Technology Policy and Innovation	E2
IEEM. International Conference on Industrial Engineering and Engineering Management	E2
IFBAE. Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas	E2
IIAS. International Institute of Administrative Sciences Conference	E2
IRMA. Information Resource Management Association International Conference	E2
ISTR. International Society for Third-Sector Research International Conference	E2
IWAMC. International Western Academy of Management Conference	E2
LAMES. Latin American Meeting of the Econometric Society	E2
LASA. Annual Meeting of the Latin American Studies Association	E2
LSA. Law and Society Annual Meeting	E2
PENSA. International PENSA Conference on Agri-Food Chain/Networks Economics and Management	E2
POMS. Production and Operations Management Society Conference	E2
R&D. The R & D Management Conference	E2
SBFIN. Encontro Brasileiro de Finanças da SBFIN	E2
SBS. Congresso Brasileiro de Sociologia da SBS	E2
SCOS. Standing Conference on Organizational Symbolism	E2
SEMEAD. Seminário de Administração	E2
SeminTUR. Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL	E2
SINAPE. Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística	E2
SIT. Seminário Internacional de Turismo	E2
SMA. Southern Management Association Annual Meeting	E2
SOBER. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural	E2
WCAH. World Congress of Accounting Historians	E2
WDSI. Western Decision Sciences Institute Annual Meeting	E2
WMSCI. World Multi-Conference on Systemics, Cybernetics and Informatics	E2